

A COMERCIALIZAÇÃO EM ACAMPAMENTOS RURAIS: IMPACTOS DA EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE CONSUMO “SACOLÃO”

Fernanda Folster de Paula¹

Livia Murari Rocha²

Resumo

O presente trabalho pretende apresentar e problematizar a respeito a uma tentativa de escoamento da produção elaborada pelos monitores da ITCP-UNICAMP e o grupo de mulheres Luíza Mahin, do acampamento do MST Elizabeth Teixeira, entre os anos de 2010 e 2015. O escoamento se deu através da formação de um grupo de consumo denominado “Sacolão”, no qual os monitores da incubadora compravam em adiantos os alimentos que as mulheres produziam para um grupo de consumidores que se comprometia mensalmente em pegar e consumir esses produtos. Em 2015 essa forma de escoamento foi finalizada. Entendemos que as dificuldades enfrentadas pelo sacolão e seu término se devem a diversos fatores, dos quais destacamos: (1) o descaso do poder executivo da cidade de Limeira em regularizar o acampamento, bem como o descaso que a reforma agrária tem sofrido no debate político estadual e nacional nos últimos anos; (2) a ausência de políticas públicas que fortaleçam a produção e escoamento nos acampamentos, bem como ausência de qualquer assistência para a organização desses; (3) a incapacidade dos projetos de economia solidária em ajudar os empreendimentos econômico-solidários de forma estrutural e; (4) as dificuldades materiais e imateriais que as mulheres têm em se auto-organizar nos grupos de produção. Percebemos também que o Sacolão teve resultados positivos. No acampamento, as formações realizadas a respeito das relações de gênero, bem como o germe da auto-organização que se instaurou trouxeram importantes impactos para a vida das mulheres. Para os consumidores, o sacolão permitiu o desenvolvimento de hábitos alimentares mais saudáveis, assim como o contato mais direto com a esfera produtiva. É sobre as questões apresentadas aqui que o trabalho pretende se debruçar.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Comercialização, Agricultura Familiar, Gênero, Economia Solidária.

1

Ex-monitora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)/Unicamp e graduanda em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)/ Unicamp.

2

Livia Murari Rocha, Bióloga, Especialista em Agroecologia e Educação do Campo (Pronera/Feagri/Cnpq), monitora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)/Unicamp.

I. Introdução

A experiência do grupo de consumo “Sacolão” começou a partir de uma série de formações realizadas na ITCP da Unicamp no ano de 2011, sobre “consumo alienado”, “consumo responsável” e “consumo consciente”. Consumo alienado diria respeito ao consumo de produtos dos quais não se conhece a origem ou como foi produzido, sendo que tal consumo se dá na maior parte das vezes por impossibilidade de escolha dos consumidores devido a hegemonia das redes atacadistas. O consumo responsável seria o consumo de produtos sustentáveis e/ou orgânicos, produzidos por grandes empresas, que mantém vínculo de exploração com os trabalhadores. Já o consumo consciente seria o consumo ativo e com caráter político, no qual os consumidores conhecem a origem dos produtos e se preocupam em apoiar grupos produtivos de movimentos populares e de trabalhadores. A partir desses estudos, o coletivo de monitores da ITCP concordaram em participar de um coletivo de consumo consciente, que apoiasse as trabalhadoras e trabalhadores na luta pela reforma agrária ao consumir o que era produzido nos acampamentos e assentamentos que a ITCP trabalhava. Cada monitor contribuía com vinte reais mensalmente e comprava nesse valor os alimentos que viessem. Os produtos eram trazidos quinzenalmente às terças-feiras, dia no qual a equipe agricultura ia fazer incubação com os grupos, para que não precisasse ser acrescentado ao preço do sacolão o preço do transporte. Inicialmente, os produtos vinham uma vez por mês do grupo de mulheres Luíza Mahin, do acampamento Elizabeth Teixeira, e uma vez por mês da Associação de Mulheres Agroecológicas (AMA), do assentamento 12 de Outubro. Com a melhor estruturação econômica da AMA, em 2014 elas tomaram a escolha solidária de se retirar das entregas o sacolão, o que permitiu que as mulheres do Elizabeth Teixeira entregassem duas vezes no mês. Com a melhor estruturação do sacolão, outras pessoas para além do coletivo de monitores da ITCP se somaram à compra, o que aumentou a renda mensal das mulheres e permitiu expansão do debate acerca do consumo consciente.

Faz-se importante aqui também contar um pouco da história do grupo de mulheres Luíza Mahin, do acampamento Elizabeth Teixeira. O grupo começou a partir da articulação do setor de gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ainda no início da ocupação em 2009. O MST entende que a opressão e exploração de gênero se dá devido à divisão sexual do trabalho, na qual os homens tomam conta da dimensão produtiva e as mulheres ficam restritas à esfera reprodutiva. Dessa forma considera a organização das mulheres da esfera produtiva como essencial para a superação das desigualdades de gênero. Foi assim que em 2010 o MST chamou a ITCP para apoiar a organização do grupo produtivo de mulheres, denominado Luíza Mahin. Desde então e até o fim das reuniões do grupo em 2015, diversas mulheres do acampamento compuseram o grupo, apresentando alta rotatividade e sempre com em média sete ou oito mulheres participando.

II. As Dificuldades Enfrentadas pelo Sacolão

Durante os cinco anos de funcionamento do sacolão, diversas dificuldades se apresentaram à continuação dessa iniciativa. Tais dificuldades que não são especiais do Sacolão da ITCP, mas representam numa pequena escala os desafios que os acampamentos rurais, e em especial os grupos produtivos de mulheres, apresentam para escoar a produção de modo geral. Especificamente, apontamos as seguintes:

. A Marginalização da Reforma Agrária no Debate Político

A eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) para a presidência da República em 2003 se deu amplamente apoiada por diversos movimentos sociais, incluindo o MST. Havia grandes esperanças de que o projeto de reforma agrária fosse implementado, e resolvesse parte do problema da concentração fundiária do Brasil. Entretanto, o projeto de reforma agrária não foi efetivado, e o debate a respeito da reforma agrária foi aos poucos marginalizado, com a perpetuação da desigualdade no campo e da concentração fundiária (OLIVEIRA). Foi substituído, no campo das negociações dos movimentos sociais com o governo, por debates a respeito da concessão de políticas públicas para as áreas de reforma agrária, como as políticas públicas para produção (Pronaf, P.A.A., P.N.A.E.) e educação (PRONERA), dentre outras. É importante ressaltar que tais políticas públicas foram criadas em maior diálogo com os movimentos sociais a partir do governo Lula, no qual surgem formas mais participativas de diálogo entre o Estado e a sociedade civil (TATAGIBA, 2014), dando maior importância às demandas dos movimentos sociais.

Mas a marginalização do debate da reforma agrária acaba por invisibilizar a população que se encontra nas áreas de ocupação e que ainda não foi regularizada, tal como o acampamento Elizabeth Teixeira. O acampamento E.T. se encontra numa área da União e que a prefeitura de Limeira reclama o uso. Logo, sua regularização depende do diálogo entre o INCRA e a prefeitura, no qual ambos necessitam concordar em destinar a área para o acampamento. Gradualmente, menos e menos acampamentos estão sendo regularizados nos últimos anos (INCRA), e tal perspectiva só tende a piorar com o atual governo do PMDB e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O descaso no debate político nacional com os acampamentos rurais deixa de lado a pauta de suas regularizações, o que permitiria o acesso de tais comunidades às tão importantes políticas públicas de crédito e escoamento da produção, bem como de educação nos assentamentos.

Em nível municipal, a atual gestão da prefeitura de Limeira, do partido PSB, havia se mostrado favorável, durante a época das eleições, a possibilidade de destinar parte da área do horto florestal, local no qual está localizado o acampamento, para as famílias do Elizabeth Teixeira. Entretanto, desde a eleição do prefeito Paulo Hadich em 2012, nenhum diálogo contundente foi efetivado para encaminhar a proposta de regularização da área. Pelo contrário, parece que existe

disposição da prefeitura em retardar o andamento do processo de regularização da área.

. A Ausência de Políticas Públicas para Acampamentos

Nesses nove anos de existência, devido à não regularização da área, o Elizabeth Teixeira não conseguiu acessar nenhuma política pública destinada às áreas de reforma agrária, o que toca num outro problema: a inexistência de políticas públicas para as áreas de acampamento rural. Sem o acesso às políticas públicas de crédito e escoamento, a produção fica afetada, sendo construída de modo marginal e com os recursos que as acampadas e acampados conseguem mobilizar.

Tal situação também se colocou como dificuldade para a realização do sacolão, já que afeta de maneira direta a esfera produtiva. Se há tantos entraves legais para a concessão da área para os acampados, é necessário que o governo pense e elabore políticas que auxiliem, ao menos de modo emergencial, as famílias residentes em ocupações, que não podem esperar anos até que tenham seus direitos de acesso à saúde, educação e renda básica respeitados. Apenas a garantia da área não é suficiente para garantir a continuidade dos agricultores na terra. É necessário garantir instrumentos que possibilitem a produção e reprodução da vida no campo.

Apesar de inúmeras conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo frente ao agronegócio, apenas a conquista da terra não é suficiente no enfrentamento à agricultura industrial, pois na necessidade de produzir e alimentar as famílias assentadas, induziu-se nos assentamentos a reprodução da agricultura calcada nos insumos agroquímicos e na mecanização pesada. (MAZALLA NETO, 2014, p. 67)

. A Incapacidade dos Projetos de Economia Solidária em Ajudar os Empreendimentos Econômico-Solidários de Forma Consistente

As políticas e projetos de economia solidária consolidados desde a criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) em 2003 pretenderam auxiliar na estruturação de grupos produtivos fragilizados. Os projetos de economia solidária auxiliaram o grupo de mulheres Luiza Mahin através dos editais acessados pela ITCP, em especial o PRONINC (Programa Nacional de Incubadora de Cooperativas Populares) e o PROEXT (Programa de Extensão Universitária).

Porém, além dos limites claros desses projetos e políticas em lidar problemas mais estruturais que assolam os EES, como a dificuldade de competir com os Empreendimentos Capitalistas (EC), e as desigualdades de gênero e renda persistentes dentro dos EES (CHERFEM, 2014), os projetos não preveem a compra de materiais permanentes para os grupos produtivos. Em nossa experiência enquanto ITCP, além das atividades de formação e articulação, é essencial para a consolidação de cooperativas e associações a compra de alguns materiais permanentes para o grupo.

Quando falamos dos grupos produtivos da cadeia da agricultura familiar, ainda mais numa

situação de precarização tal qual o acampamento Elizabeth Teixeira, seria essencial para a autonomia do grupo a aquisição de uma forma de transporte, bem como de outros materiais de auxílio à produção. A inexistência desse suporte, tanto pela ausência de políticas públicas para acampamentos quanto pela impossibilidade de adquirir esses materiais pelas políticas de economia solidária acabaram por dificultar a autonomia do EES em relação à ITCP, que fica dependente da estrutura física da Incubadora.

. As Dificuldades Materiais e Imateriais que as Mulheres Têm em se Auto-organizar nos Grupos de Produção.

A organização das mulheres, e em especial das mulheres rurais, é muito difícil devido a uma série de entraves sociais a elas colocadas. A divisão social do trabalho, por exemplo, essencial ao sistema de produção capitalista por manter as mulheres encarregadas do trabalho reprodutivo, reproduz a ideia de que as mulheres são exclusivamente responsáveis pelo cuidado das filhas e filhos e da casa, e pelo trabalho doméstico de uma forma geral. Isso cria dificuldades materiais (tempo) e imateriais (dissociação da mulher enquanto única responsável pelo ambiente doméstico) para a organização das mulheres. Desse modo, conseguir encorajar as mulheres a deixarem suas casas por algum período do dia para dialogarem sobre sua produção e autonomia financeira não é tarefa fácil.

Outro motivo que dificulta o encontro das mulheres é o ciúme dos maridos. Entendemos que o principal motivo do ciúme, de modo mais amplo, é a necessidade da reprodução da família monogâmica que também sustenta a reprodução do atual modo de produção. Segundo Saffioti:

Neste contexto, cresce o grau de exploração de todos os trabalhadores, especialmente das mulheres mais pobres, que enfrentam duas jornadas de trabalho, por serem obrigadas a complementar o orçamento doméstico. [...] Dada a simbiose patriarcado-capitalismo, entretanto, a meta da maximização do lucro é mediada pela supremacia masculina. E é desta forma que, pela via da subordinação da mulher ao homem e pela alocação prioritária da mulher aos aparelhos de reprodução, o patriarcado-capitalismo garante, simultaneamente, a reprodução da família trabalhadora e explora em grau mais intenso a força de trabalho feminina, quando dela necessita e nas proporções em que dela precisa. (SAFFIOTI, 1985, p. 137, 138)

III. A Importância do Sacolão

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pela constituição do grupo de consumo “Sacolão”, observamos também que a realização do grupo de consumo durante esses quatro anos trouxe impactos importantes para a vida das mulheres do grupo de mulheres Luiza Mahin no acampamento e para os consumidores. Tais resultados são percepções que tivemos no contato com o grupo de mulheres e com o coletivo de consumo após o fim do sacolão, não sendo dessa forma resultado de pesquisas realizadas formalmente.

. A Mobilização das Mulheres e a Cultura da Auto-Organização

Percebemos que após o fim do sacolão a comunicação e a relação entre as mulheres se intensificou, em especial entre as mulheres que faziam parte do grupo de mulheres. Os laços de solidariedade construídos durante a existência do grupo, através do contato e das histórias de vida compartilhadas, continuam operando. Consideramos este um importante resultado da existência do “Sacolão”, pois se coloca como possibilidade para a continuação da organização das mulheres, o que possui enormes potenciais de resistência contra a cultura patriarcal de competição e submissão das mulheres.

. O Incentivo à Produção e Autonomia das Mulheres

Também é perceptível que após o fim do sacolão algumas mulheres mantiveram suas produções individuais, separadas dos maridos. Algumas mulheres tiveram que passar a ir trabalhar na cidade. Consideramos esse como um aspecto positivo, pois nos mostra a importância que o ganho de renda individual assumiu na vida das mulheres, e como o Sacolão era importante no caminho da autonomia financeira delas.

Além disso, ficou claro como as mulheres passaram a ser vistas como sujeito dentro do acampamento durante e após a realização do Sacolão. Por muito tempo, essa alternativa de consumo foi a principal forma de escoamento da produção no acampamento, o que evidenciou a importância das mulheres para garantir a sobrevivência da família, bem como as potencialidades da organização das mulheres.

. O Consumo Consciente e o Debate da Alimentação Saudável.

No que diz respeito aos consumidores, monitores da ITCP e de fora, a avaliação realizada evidencia que os hábitos de consumo mudaram. Os consumidores passaram a consumir produtos da agricultura familiar com o qual não tinham contato antes (tal qual caxi, maxixe, ingá, diversos tipos de feijão, ovo de pato e etc). Além disso, relatos dos consumidores dizem como o fim do Sacolão os fez retornar a hábitos alimentares menos saudáveis.

O sacolão também reeducou os hábitos de consumo no sentido da compra: os consumidores tiveram que se adaptar ao fato de que não é durante o ano todo que todas as variedades de alimento estão disponíveis, bem como ao fato de que a compra direta dos agricultores resulta num trabalho maior dos consumidores de se comprometerem a realizar a retirada dos alimentos em dias e horários específicos.

Por fim, o Sacolão evidenciava o debate da reforma agrária na esfera do consumo: a reeducação alimentar e do consumo se relacionava a realidade de produção das mulheres do acampamento.

IV. Conclusão

As dificuldades enfrentadas pela organização do Sacolão em geral materializam as dificuldades existentes para a produção das mulheres em áreas rurais desregulamentadas. A ausência de políticas públicas, o descaso com a reforma agrária, a divisão sexual do trabalho, entre outros, são elementos que dificultam a produção das mulheres em contextos tão adversos como o do acampamento Elizabeth Teixeira.

Vimos também que a realização do Sacolão durante esses quatro anos trouxe impactos positivos, construtivos, para a vida das mulheres. O germe de auto-organização que a experiência do escoamento trouxe traz possibilidades de resistência coletiva das mulheres, por autonomia financeira e reconhecimento dentro do acampamento.

Por fim, o sacolão possibilitou a reeducação alimentar e de consumo dos consumidores envolvidos. A compra direta permitiu um contato mais próximo com as possibilidades e dificuldades da produção das agricultoras familiares, permitindo esboçar uma mudança no padrão alimentar e de consumo.

V. Bibliografia

CHERFEM, Carolina. *Consustancialidade de Gênero, Classe e Raça no Trabalho Coletivo/Associativo*. 2014. C422c. Tese (Doutorado) – FE, Unicamp, Campinas, 2014

MAZALLA NETO, Wilon. *Agroecologia e Reforma Agrária: Entre o Debate Teórico e sua Construção pelos Agricultores*. 2013. 183f. Tese (Doutorado) – FEAgri, Unicamp, Campinas, 2013

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária*. In Estudos Avançados, São Paulo, Vol. 15, 2001

SAFFIOTI, Heleieth. *Força de Trabalho Feminina no Brasil: No Interior das Cifras*. In Revista Perspectivas, n8, São Paulo, 1985, p. 95-141

TATAGIBA, Luciana. *Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula*. In Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 57, 2014